

DIREITO FINANCEIRO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 31.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Federal nº 13.866, de 26 de agosto de 2019</u>	Altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, para tratar do sigilo das denúncias formuladas ao Tribunal de Contas da União.
<u>Medida Provisória nº 893, de 19 de agosto de 2019</u>	Transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras na Unidade de Inteligência Financeira.
<u>Decreto Federal nº 9.905, de 08 de julho de 2019</u>	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural.
<u>Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019</u>	Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.
<u>Decreto Federal nº 9.663, de 01 de janeiro de 2019</u>	Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf
<u>Decreto Federal nº 9.511, de 26 de setembro de 2018</u>	Altera o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e dá outras providências
<u>Medida Provisória nº 845, de 20 de julho de 2018</u>	Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário.
<u>Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018</u>	Altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

<u>Decreto Federal nº 9.441, de 04 de julho de 2018</u>	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
<u>Medida Provisória nº 842, de 22 de junho de 2018</u>	Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e revoga dispositivos da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018
<u>Medida Provisória nº 842, de 22 de junho de 2018</u>	Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e revoga dispositivos da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018.
<u>Lei Federal nº 13.682, de 19 de junho de 2018</u>	Altera as Leis nos 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e 10.260, de 12 de julho de 2001, as Medidas Provisórias nos 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para modificar a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos de Fundos Constitucionais de Financiamento e a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores; e revoga dispositivos da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, e da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. Parcialmente vetada.
<u>Decreto Federal nº 9.403, de 07 de junho de 2018</u>	Regulamenta a Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel.
<u>Lei Federal nº 13.672, de 5 de junho de 2018</u>	Altera a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018. Parcialmente vetado.
<u>Lei Federal nº 13.671, de 5 de junho de 2018</u>	Altera o Anexo V à Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.
<u>Medida Provisória nº 830, de 21 de maio de 2018</u>	Extingue o Fundo Soberano do Brasil, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil.

<p><u>Lei Federal nº 13.661, de 08 de maio de 2018</u></p>	<p>Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para definir as parcelas pertencentes aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).</p>
<p><u>Medida Provisória nº 825, de 27 de março de 2018</u></p>	<p>Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para os fins que especifica (ações decorrentes da intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na área de Segurança Pública).</p>
<p><u>Decreto Federal nº 9.109, de 27 de julho de 2017</u></p>	<p>Regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.</p>
<p><u>Medida Provisória nº 784, de 07 de junho de 2017</u></p>	<p>Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências.</p>
<p><u>Decreto Federal nº 9.056, de 24 de maio de 2017</u></p>	<p>Regulamenta a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e altera o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.</p>
<p><u>Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017</u></p>	<p>Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.</p>
<p><u>Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016</u></p>	<p>Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496,</p>

	de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.
<u>Medida provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.
<u>Lei nº Federal 13.332, de 01 de setembro 2016</u>	Altera a Lei no 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.
<u>Medida Provisória nº 736, de 29 de junho de 2016</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 2.900.000.000,00, para o fim que especifica.
<u>Medida Provisória nº 734, de 21 de junho de 2016</u>	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.
<u>Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014</u>	Altera a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.
<u>Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015</u>	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nos 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências. Mensagem de veto
<u>Medida Provisória nº 539, de 26 de julho de 2011</u>	Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei no 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências.
<u>Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000</u>	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
<u>Decreto Federal 3.149, de 28 de abril de 1980</u>	Regulamenta o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública.

Decreto Federal nº 3.147, de 28 de abril de 1980	Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.
---------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Estadual nº 8.508, de 04 de setembro de 2019</u>	Dispõe sobre a elaboração e a publicação do orçamento do idoso.
<u>Lei Estadual nº 8.502, de 30 de agosto de 2019</u>	Dispõe sobre a transação e o parcelamento de débitos fiscais dos devedores em recuperação judicial e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8445, de 03 de julho de 2019</u>	Dispõe sobre a exigência de metas fiscais orçamentárias anuais de desempenho para a avaliação dos programas de incentivos fiscais e financeiros fiscais no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8391, de 07 de maio de 2019</u>	Altera os artigos 3º e 7º-b da Lei nº 7.483, de 08 novembro de 2016, alterada pela Lei n.º 7.627, de 09 de junho de 2017, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo Decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8332, de 29 de março de 2019</u>	Cria o fundo estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres.
<u>Lei Estadual nº 8272, de 27 de dezembro de 2018</u>	Altera a data de validade prevista no art. 2º da Lei nº 7.483, de 08 novembro de 2016, alterada pela Lei 7.627, de 09 de junho de 2017, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo Decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8187, de 30 de novembro de 2018</u>	Altera a Lei nº 7.941, de 20 de abril de 2018, que autoriza o poder executivo a contratar operação de crédito com a garantia da união e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8095, de 10 de setembro de 2018</u>	Altera o art. 2º e o anexo I da Lei nº 7.947, de 03 de maio de 2018, e dá outras providências.

<u>Lei Estadual nº 8.047, de 05 de julho de 2018</u>	Dispõe sobre a criação de ação orçamentária e abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.055, de 19 de julho de 2018</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2019 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7947, de 03 de maio de 2018</u>	Dispõe sobre a criação de unidade orçamentária, e abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.940 de 17 de abril de 2018</u>	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a garantia da União e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.898, de 7 de março de 2018</u>	Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7844, de 10 de janeiro de 2018</u>	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018.
<u>Lei Estadual nº 7843, de 10 de janeiro de 2018</u>	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2016-2019, instituído pela Lei nº 7.211, de 18 de janeiro de 2016.
<u>Lei Estadual nº 7659, de 24 de agosto de 2017</u>	Altera a Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, que institui o fundo estadual de equilíbrio fiscal do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7652, de 19 de julho de 2017</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2018 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7629 de 09 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre o Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7593, de 23 de maio de 2017</u>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, que "institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7514, de 17 de janeiro de 2017</u>	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2017.

<u>Lei n.º 5.182, de 02 de janeiro de 2008</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2008.
<u>Lei nº 5.181, de 02 de janeiro de 2008</u>	Estabelece o plano plurianual do estado do Rio de Janeiro PPA/RJ para o período de 2008/2011.
<u>Decreto nº 41.126 de 09 de janeiro de 2008</u>	Aprova a classificação e a codificação das receitas e despesas orçamentárias, e dá outras providências.
<u>Lei nº 5.066 de 09 de julho de 2007</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2008 e dá outras providências.
<u>Lei nº 4.977, de 29 de dezembro de 2006</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2007.
<u>Decreto Estadual 38.862, de 16 de fevereiro de 2006</u>	Aprova a classificação e a codificação das receitas e despesas orçamentárias.
<u>Lei n.º 4.699, de 04 de janeiro de 2006</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2006.
<u>Lei n.º 4.577, de 12 de julho de 2005</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2006 e dá outras providências.
<u>Decreto 35.021, de 19 de março de 2004</u>	Aprova a classificação e a codificação de receitas e despesas orçamentárias.
<u>Lei n.º 4.258, de 29 de dezembro de 2003</u>	Dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 2004/2007.
<u>Decreto nº 2.7821 de 30 de janeiro de 2001</u>	Regulamenta o artigo 92 da lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, alterada pela lei nº 3506, de 13 de dezembro de 2000 e dá outras providências.
<u>Lei nº 3.506, de 13 de dezembro de 2000</u>	Altera dispositivos da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, que cuida da Liquidação da Despesa na administração estadual, e dá outras providências.

<u>Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979</u>	Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Decreto-lei nº 153, de 30 de junho de 1975</u>	Autoriza o município do Rio de Janeiro a contrair empréstimo, até o valor de Cr\$ 300.000.000,00, junto a agências oficiais de crédito do país e dá outras providências.
<u>Lei no 4.320, de 17 de março de 1964</u>	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br